



CONGRESSO NACIONAL

MPV-378

00008

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	Proposição <b>Medida Provisória nº 378/07</b>
------	--

Deputado <i>Onyx Lorenzoni</i> Autor	Nº do prontuário
--------------------------------------	------------------

1. <input type="checkbox"/> supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> substitutivo global
--	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dê-se ao art. 5º da Lei 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, alterado pelo art. 1º da Medida Provisória nº 378, de 2007, a seguinte redação:

Art. 1º .....

“Art. 5º Para fins previstos nas Leis nº 9.496, de 1997, e 8.727, de 5 de novembro de 1993, na Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e no art. 4º, o cálculo da RLR excluirá da receita realizada vinte e cinco por cento dos seguintes recursos:

§ 1º O ente da Federação cuja receita disponível vier a ser aumentada deverá aplicar o respectivo montante em segurança pública e em despesas de capital nas funções de transporte rodoviário e hidrovial, bem como em saneamento básico.

§ 2º A vinculação da nova receita disponível estabelecida no § 1º será decrescente na proporção de 20% ao ano, eliminando-se totalmente seus efeitos no ano de 2013.”(NR)

## JUSTIFICATIVA

Os efeitos decorrentes da elevação da RLR não devem servir a propósitos oportunistas e eminentemente políticos, uma vez que o país encontra-se carente de formação de capital e capacidade produtiva. Por esta razão, e para reforçar a vital iniciativa da formação de capital, propõe-se ampliar o percentual de isenção da base de cálculo do serviço da dívida que onera os Estados e Municípios. Na prática, este impulso proporcionado por esta iniciativa favorecerá significativamente o crescimento do PIB brasileiro, fato que conduzirá inegavelmente à ampliação da receita do Governo Federal. Portanto não há que se falar em renúncia sem efeitos. Trata-se, evidentemente, de uma questão de estratégia e eficiência.

Não menos importante é evitar o oportunismo político decorrente do aumento da capacidade de gasto dos entes da Federação. Por esta razão, enfatiza-se a despesa de capital, na forma de vinculação. Nada obstante, a vinculação em si é uma rotina ineficiente, razão pela qual se propõe uma fase de transição até sua eliminação.

PARLAMENTAR

